

Serviço social e o direito à saúde das pessoas com transtorno do espectro autista: desafios e perspectivas

Social work and the right to health for people with autism spectrum disorder: challenges and perspectives

Audrilara Arruda Rodrigues Campos^{1*}, Carla Rosiane dos Santos Antunes¹

¹ Serviço Social, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, Santa Catarina, Brasil.

*Autora para correspondência: prof.audrilara@uniplaclages.edu.br

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a intervenção do assistente social na garantia dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando a atuação profissional nos equipamentos de saúde conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Lages, Santa Catarina. Justifica-se pela escassez de produções teóricas que abordam a atuação do Serviço Social junto a esse público e pela necessidade de contribuir com o campo acadêmico e profissional. A pesquisa pauta-se no materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa, bibliográfica, exploratória e de campo. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário online, aplicado a quatro assistentes sociais, e entrevistas semiestruturadas com 38 famílias de usuários com TEA, utilizando-se a análise de conteúdo para o tratamento dos dados. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o parecer nº 5.966.251, conforme a Resolução nº 510/2016. Os resultados evidenciam a importância do Serviço Social na efetivação de políticas públicas voltadas à população com TEA, apontando tanto as atribuições profissionais quanto os desafios enfrentados na prática cotidiana. Além disso, destaca-se a percepção das famílias sobre o trabalho do assistente social, reforçando a relevância da atuação ética, crítica e comprometida com os direitos humanos. Conclui-se que, apesar dos avanços legais, persistem desafios na efetivação dos direitos, demandando ações interdisciplinares e fortalecimento das políticas públicas.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; serviço social; políticas públicas; SUS.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the intervention of social workers in ensuring the rights of people with Autism Spectrum Disorder (ASD), considering professional practice within health facilities affiliated with the Unified Health System (SUS) in the municipality of Lages, Santa Catarina. The research is justified by the scarcity of theoretical works addressing the role of Social Work with this population and by the need to contribute to both academic and professional fields. The study is grounded in dialectical historical materialism, with a qualitative, bibliographic, exploratory, and field-based approach. Data collection was carried out through an online questionnaire applied to four social workers and semi-structured interviews with 38 families of individuals with ASD, using content analysis to process the data. The study was approved by the Research Ethics Committee (CEP), under opinion number 5.966.251, in accordance with Resolution No. 510/2016. The results highlight the importance of Social Work in the implementation of public policies aimed at the ASD population, pointing out both professional responsibilities and the challenges faced in daily practice. Furthermore, the families' perceptions of the social worker's role underscore the relevance of ethical, critical, and human rights-committed practice. It is concluded that, despite legal advances, challenges in the realization of rights persist, requiring interdisciplinary actions and the strengthening of public policies.

Keywords: autism spectrum disorder; social work; public policies; SUS.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a garantia de direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a atuação do assistente social nos equipamentos de saúde vinculados ao SUS em Lages (SC). A escolha do tema decorre da experiência pessoal da autora como mãe de um usuário com TEA, o que possibilitou uma aproximação com os desafios enfrentados pelas famílias, como dificuldades de acesso, orientação inadequada e escassez de profissionais frente à demanda crescente.

A relevância da temática se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre o papel do Serviço Social na efetivação das políticas públicas voltadas ao TEA e pela escassez de estudos sobre a atuação dos assistentes sociais em serviços especializados. Apesar dos avanços

legais, ainda existem obstáculos no diagnóstico, atendimento contínuo e garantia de direitos para esse público.

A problemática central consiste em compreender como o Serviço Social tem contribuído para o acesso e efetivação dos direitos das pessoas com TEA e suas famílias, considerando que essa condição acompanha o indivíduo ao longo de toda a vida, exigindo políticas públicas permanentes e adaptadas às diferentes fases do desenvolvimento (Brasil, 2013).

Em Lages, os principais serviços conveniados ao SUS com atendimento a pessoas com TEA são o CER II, a APAE e o Projeto Pró Autismo, que contam com equipes multiprofissionais, incluindo assistentes sociais. Esses profissionais atuam na articulação com a rede de proteção social, fortalecendo o acesso a direitos.

O objetivo da pesquisa foi analisar a atuação do Serviço Social na garantia dos direitos das pessoas com TEA nesses equipamentos, identificando atribuições, competências e a percepção das famílias, além de mapear as políticas públicas e legislações pertinentes. A fundamentação teórica contempla o histórico do autismo, suas classificações e os principais marcos legais. Segundo Trindade (2012), os assistentes sociais são profissionais capacitados para promover o acesso a direitos e serviços, sendo fundamentais em contextos de vulnerabilidade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo fundamenta-se no materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa, bibliográfica, exploratória e de campo. Conforme Iamamoto (2008), essa perspectiva possibilita compreender a realidade em sua totalidade, considerando as contradições e determinações sociais que atravessam os sujeitos.

A coleta de dados contou com questionários aplicados a quatro assistentes sociais de equipamentos públicos e entrevistas semiestruturadas com 38 famílias de usuários. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), foi empregada para organizar e interpretar os dados, apoiando-se também em planilhas de Excel para sistematização dos resultados. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob parecer nº 5.966.251.

A etapa bibliográfica incluiu produções acadêmicas, legislações e documentos oficiais sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a atuação do Serviço Social, compondo o referencial teórico. A pesquisa de campo seguiu os princípios da escuta qualificada e o

cumprimento rigoroso dos protocolos éticos (Brasil, 2015). Embora não tenham sido utilizados métodos estatísticos avançados, os dados quantitativos oriundos dos questionários contribuíram para descrever o perfil dos participantes e identificar padrões de resposta, fortalecendo a análise qualitativa.

3 RESULTADOS

A análise dos resultados, contemplando o perfil dos profissionais, o contexto institucional, a percepção das famílias e os principais desafios enfrentados na prática profissional. Destaca-se, ao longo do estudo, a importância do Serviço Social na mediação entre os direitos sociais e o acesso aos serviços, promovendo inclusão e fortalecendo a proteção social às pessoas com TEA. A pesquisa evidencia a relevância do compromisso ético-político do assistente social na construção de uma sociedade mais inclusiva, valorizando a diversidade e garantindo os direitos das pessoas com deficiência (Iamamoto, 2008).

Dos quatro assistentes sociais entrevistados, 75% possuem mais de cinco anos de atuação profissional. Todos apontaram dificuldades relacionadas à insuficiência de recursos materiais, escassez de vagas para atendimento especializado e ausência de capacitação continuada sobre o TEA. Além disso, 100% relataram sobrecarga de demandas, o que compromete a qualidade do atendimento prestado às famílias. Esses dados corroboram a análise de Trindade (2012), que destaca a importância da mediação do profissional de Serviço Social para garantir a efetividade dos direitos sociais.

Com relação às 38 famílias entrevistadas, 89,5% são compostas por mulheres como responsáveis principais pelo cuidado das pessoas com TEA, sendo, em sua maioria, mães (73,6%) e avós (15,7%). Dentre elas, 68% desconhecem seus direitos sociais, como o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e à Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA). Essa realidade está em consonância com Nietzsche (2011), ao afirmar que as famílias enfrentam diversas barreiras de informação e acesso aos direitos, o que reforça a urgência da atuação do assistente social como orientador e facilitador no processo de inclusão social.

Entre os principais desafios relatados pelas famílias, 71% apontaram preconceito no ambiente escolar, 66% relataram dificuldades no acesso a serviços de saúde especializados, e 58% evidenciaram ausência de apoio psicológico contínuo. Além disso, 76% das famílias

relataram falta de uma rede de suporte institucional que promova acompanhamento sistemático, o que demonstra a fragilidade na articulação intersetorial das políticas públicas.

Apesar dessas limitações, 81% das famílias reconheceram positivamente a atuação do assistente social, destacando a escuta qualificada, o acolhimento e a orientação sobre benefícios sociais como aspectos relevantes do atendimento. Essa percepção reforça o papel do Serviço Social como articulador de direitos, conforme previsto no Código de Ética Profissional e no projeto ético-político da profissão (CFESS, 2011).

Os dados obtidos nesta pesquisa apontam para a necessidade de fortalecimento das equipes multiprofissionais, ampliação das estratégias de acompanhamento às famílias e investimento em formação continuada dos assistentes sociais. A atuação profissional precisa ser sistemática, planejada e pautada no compromisso com os direitos humanos, conforme orienta o Brasil (2015), superando práticas pontuais e promovendo efetivamente a inclusão social das pessoas com TEA e de suas famílias.

4 DISCUSSÃO

A análise dos resultados obtidos nesta pesquisa revela importantes elementos que contribuem para a reflexão crítica acerca da atuação do Serviço Social frente às demandas das pessoas com TEA e suas famílias. A partir dos dados coletados, observa-se que, embora os profissionais entrevistados estejam inseridos em equipamentos públicos relevantes, enfrentam limitações estruturais e institucionais que impactam diretamente a qualidade do atendimento prestado. A sobrecarga de trabalho, a carência de capacitação contínua e a escassez de recursos dificultam a construção de uma prática profissional mais qualificada e transformadora (Trindade, 2012).

A centralidade das mulheres no cuidado com os usuários com TEA, evidenciada pelas entrevistas com as famílias, reforça a necessidade de se compreender o cuidado como uma questão de gênero e de responsabilização social desigual. Essas mulheres assumem sozinhas uma série de responsabilidades, muitas vezes em contextos de vulnerabilidade, precariedade econômica e ausência de apoio institucional. Tal realidade aponta para a urgência de políticas públicas que contemplem não apenas os usuários com deficiência, mas também suas cuidadoras (CFESS, 2011).

A escuta qualificada e o acolhimento foram reconhecidos como diferenciais positivos na atuação do assistente social. No entanto, a presença pontual e reativa desses profissionais no cotidiano das famílias demonstra uma fragilidade na articulação da rede de proteção social. Surge, assim, a hipótese de que a fragmentação dos serviços e a falta de planejamento intersetorial limitam a efetividade das políticas públicas destinadas a essa população (Brasil, 2013).

Adicionalmente, o desconhecimento das famílias sobre seus direitos e benefícios legais indica falhas na comunicação entre os serviços públicos e os usuários, o que exige do Serviço Social um papel ativo na promoção de informação, orientação e fortalecimento da autonomia dos sujeitos. Segundo Nietzsche (2011), a atuação do assistente social deve ser propositiva, educativa e compromissada com a transformação social, garantindo acesso aos direitos de forma crítica e emancipatória.

A necessidade de intervenções contínuas e planejadas, com foco na inclusão e nos direitos humanos, reforça o compromisso ético-político da profissão com a transformação social (Iamamoto, 2008). Com base nos achados desta pesquisa, propõe-se como hipótese complementar a importância da criação de espaços coletivos de apoio às famílias, especialmente às mulheres cuidadoras, bem como ações de formação permanente para assistentes sociais atuantes na área da deficiência. Essas medidas poderiam potencializar a prática profissional e garantir maior efetividade na defesa e promoção dos direitos das pessoas com TEA e suas famílias.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu evidenciar a complexidade que envolve a atuação do Serviço Social junto às pessoas com TEA e, sobretudo, com as mulheres que assumem o papel central no cuidado e acompanhamento cotidiano desses usuários. Os resultados demonstram que, apesar das garantias legais e da presença de profissionais nos equipamentos públicos, persistem barreiras significativas para a efetivação dos direitos, em especial relacionados à informação, acesso e continuidade do atendimento.

Os dados coletados e analisados reforçam a importância do compromisso ético-político do assistente social na mediação entre as famílias e as políticas públicas, contribuindo para a superação de desigualdades e a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Diante disso,

torna-se essencial o fortalecimento das redes de apoio, a articulação intersetorial e a formação continuada dos profissionais, para que se ampliem as possibilidades de atendimento qualificado e humanizado.

Conclui-se que a atuação do assistente social deve ultrapassar o caráter pontual e burocrático, assumindo um papel protagonista na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e no empoderamento das mulheres cuidadoras. A transformação dessa realidade exige o envolvimento coletivo, a valorização das singularidades e o compromisso com a construção de políticas públicas eficazes e sensíveis às demandas sociais.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que participaram da pesquisa, por compartilharem suas experiências com coragem, confiança e esperança. Sou grata à minha orientadora, pelo suporte acadêmico, pelas valiosas orientações e incentivo durante todo o desenvolvimento deste estudo. Agradeço também à Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) pelo apoio institucional, bem como ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) pelas referências éticas e teóricas que nortearam a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015a.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Projeto ético-político do Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>. Acesso em: [colocar a data de acesso].

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NIETSCHE, Zuleika *et al.* Família e cuidado de pessoas com deficiência: entre o amor e a sobrecarga. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 874-881, 2011.

TRINDADE, Débora de Oliveira. O Serviço Social e o atendimento à pessoa com deficiência: os desafios da atuação profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 248-256, jul./dez. 2012.